
A ARQUITETURA É R-COIN

Fernando R. Casério de Almeida

N o vasto deserto de idéias e críticas, à ação da arquitetura brasileira e do urbanismo praticado no Brasil, surgem, de quando em quando, alguns remotos oásis. Neste caso, o recente artigo do professor Gabriel Bolaffi (*A Arquitetura do Poder e o Poder da Arquitetura*, publicado em *Novos Estudos/CEBRAP*, n.º 9) representa um alívio para quem deseja discutir os rumos da arquitetura e do urbanismo brasileiros.

É evidente que este comentário não implica concordar com todas as idéias lançadas por Bolaffi. Mais adiante ficarão claras quais são as minhas principais discordâncias com ele. Por outro lado, diversas de suas afirmações recebem minha aprovação, com restrições ou entusiasmos, dependendo do caso.

A tese central do artigo de Bolaffi consiste na afirmação de que a maior parte das chamadas profissões liberais "se constituiu e se manteve sempre à sombra, proteção e dependência do poder" (pág. 47).

Para ilustrar esta tese lembra ele que mesmo dentro destas profissões existem diferenças que nascem das relações das pessoas com o poder — os profissionais "bem sucedidos", donos de consultórios ou escritórios muito freqüentados, são totalmente distintos em seu *status* social de seus colegas assalariados que prestam serviços em empresas públicas ou privadas. Sem o amparo do poder, aqueles ficariam "reduzidos" à situação destes. Dependem, portanto, do poder e a ele devem aliança.

Continuando, Bolaffi envereda por um caminho mais específico — ele concentra suas observações numa camada profissional —, os arquitetos. Começa ele por analisar as queixas profissionais de que "uma proporção insignificante das edificações construídas a cada ano é projetada por arquitetos" (pág. 48). Esta queixa pode ser considerada como ridícula, se compararmos a capacidade de trabalho dos arquitetos com o explosivo crescimento das cidades contemporâneas, pelo menos no Brasil. Assim, esta colocação

ARQUITETURA INSTRUÍDA

(de que os arquitetos não vêem seu trabalho devidamente aproveitado) não subsiste face ao montante dos problemas urbanos brasileiros. Na verdade, o problema é outro e corresponde à questão da inserção social do trabalho dos arquitetos na sociedade brasileira contemporânea.

Segundo Bolaffi, o "verdadeiro drama das escolas de Arquitetura, e mesmo da prática da Arquitetura, tal como ela continua a ser concebida e exercida, resulta de sua inequívoca dependência do poder" (pág. 48). E esta dependência é formulada nas escolas e faculdades de Arquitetura através de um ensino ambíguo e "esquizóide".

Bolaffi compara, então, o que ele considera como padrões médios de ensino de Teoria e de Prática de Arquitetura. Ao lado de uma linguagem liberal ou socialista, de qualquer maneira "anti-establishment", tem-se como *leitmotiv* a dependência do poder — a "arquitetura boa" a ser ensinada passa pela repetição

das grandes obras dos mestres ou, pelo menos, pelos programas de serviço ao poder —, residências burguesas, edifícios de luxo, grandes equipamentos públicos etc. Os programas que envolvam a residência ou equipamento social da massa da população estão ausentes do ensino. Mas, ao mesmo tempo, "já faz pelo menos vinte anos o grande tema (dos ateliers de projeto) é a habitação popular" (pág. 49), e aí é que se chocam os programas e os modelos intelectuais da arquitetura nobre européia e norte-americana. E é face a tal ambigüidade que os estudantes (e entendemos, também, os arquitetos ex-estudantes), (e apenas a ela?), "acabam por se refugiar naquilo que chamei de não-soluções; (...) propostas que se limitam a devolver aos pobres os problemas que nem a economia de mercado e nem o Estado se mostraram capazes de resolver. Trata-se daquilo que, no Brasil, vem sendo chamado de mutirões (autoconstrução organizada comunitariamente). . ." (pág. 50). A se-

guir se descreve no que consiste a auto-construção, não como concepção abstrata dos "arquitetos", mas como a concepção oficial, o próprio programa de lotes urbanizados que é o atual *demier cri* do nosso mastodôntico órgão federal de financiamento — o BNH, ao que eu saiba, jamais em sua história foi dirigido por arquitetos.

Bolaffi passa, então, a descrever a impossibilidade da ocorrência do mutirão em São Paulo, segundo ele um "mito ideológico incapaz de realizar-se" (pág. 50). Evidentemente o fato de haver já diversos mutirões na cidade não perturba a tese do "mito ideológico".

Abro um parêntese para um esclarecimento: apesar de arquiteto, acho justificáveis diversas das críticas bolaffianas, principalmente ao caráter triunfalista e egocêntrico da percepção social dos arquitetos ou, pelo menos, daqueles que o próprio Bolaffi chama de Arquitetos — os grandes nomes da profissão. Não penso que nenhuma categoria profissional tenha sido agraciada com o dom de propor sempre as soluções mais adequadas e justas. Há muita besteira escrita, desenhada e proposta por arquitetos e por Arquitetos. Mas não haverá então um papel social para os arquitetos, mesmo para aqueles que não se apegam aos preconceitos generalizados da categoria a que pertencem?

Felizmente, Bolaffi parece abrir uma oportunidade de redenção para a arquitetura brasileira — "existem outras potencialidades" que não estão condenadas "a se perpetuar eternamente à sombra do poder".

Quais serão elas? Vejamos a seguir.

Uma nova potencialidade é representada pela. . . "Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo — COHAB-SP, desde que sua presidência foi assumida pelo engenheiro J. C. Bourroal". . . Curioso que a forma dos arquitetos apresentarem novas soluções sem ser "à sombra do poder" seja a inserção no trabalho de uma poderosa empresa pública que utiliza recursos do muito mais poderoso BNH. Estranha alternativa.

São, então, descritos sumariamente os projetos da COHAB-SP, detendo-se o autor no conjunto habitacional de Itaquera, cuja ocupação permitiu tais benefícios à vida das famílias lá residentes de tal forma que se convenceu Bolaffi tratar-se "da principal obra de arquitetura jamais realizada no Brasil" (pág. 52).

Para ser correto com Bolaffi, ele não faz afirmações sobre seu ponto de vista desprovidas de considerações atenuantes — ressalta que não foi possível ainda realizar uma pesquisa sistemática sobre as famílias que vivem em Itaquera, e que suas impressões vêm de visitas frequentes e do contato com as assistentes sociais que convivem com a população local. É em função destas fontes que ele faz o seu diagnóstico, altamente favorável à construção do conjunto.

A inexistência de pesquisa sistemática nos conduz a uma discussão impressionista: em meus contatos com assistentes sociais e demais funcionários da Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social (FABES) que trabalham em Itaquera, apurei justamente o oposto das impressões de Bolaffi — o conjunto suscita conflitos sociais permanentes, demanda crescente de equipamentos que o poder público não tem condições de implantar, e uma ansiedade geral nos moradores, face ao medo de despejo por incapacidade de pagamento. De tal maneira aumentou o trabalho na FABES/Itaquera, que existem propostas de se estabelecer até mesmo uma unidade de atendimento social dentro de FABES, apenas para a população residente nas COHABs de Itaquera, o que dá uma certa dimensão ao problema.

Por outro lado, não fazem parte da avaliação das vantagens de Itaquera as óbvias desvantagens da implantação urbana do conjunto — a distância dos centros de empregos, a falta de transporte coletivo adequado, o custo que representou para o município a extensão dos serviços urbanos até a localização do conjunto. Tudo isso não consta da avaliação do êxito do projeto, o que representa, pelo menos, uma ausência não explicada.

Observa Bolaffi que as faculdades de Arquitetura demonstram total ignorância quanto ao projeto de Itaquera, e neste ponto chegamos a concordar; com efeito, não é raro encontrar-se entre os professores de Arquitetura opiniões do tipo "não vi e não gostei". Bolaffi aqui acerta o alvo.

Críticas de caráter estético têm, realmente, sido enunciadas seguidamente por arquitetos que mal conhecem o projeto, e traduzem sim "uma elevada dose de preconceito", como aponta ele (pág. 53).

Mas as razões do preconceito elitista que Bolaffi aponta já são mais discutíveis

— será, com efeito, a casa ou o edifício o "último refúgio do guerreiro", "a última das marcas visíveis e manifestas dos privilégios sociais", o que provoca, nos arquitetos, produtores destas "marcas", esta específica mentalidade preconceituosa? Ou, muito mais que a fachada, não serão a localização do edifício na cidade, o usufruto ostensivo de alguns bens como o modelo de carro etc. que constituem hoje a verdadeira marca distintiva das posições de classe?

Assim sendo, parece que o preconceito revelado pelos críticos da COHAB nasce de outras fontes. E aqui é necessário se destacar a ingenuidade intelectual de uma certa ideologia difundida entre os arquitetos, que pode ser razoavelmente resumida com a crença de que a arquitetura condiciona a revolução social. E, neste ponto, parece-me que suas farpas atingem novamente o alvo. Com efeito não há conta dos malefícios que esta crença ingênua já provocou, principalmente no descrédito da própria atuação profissional de arquitetos e urbanistas.

Colocar a arquitetura (ou o urbanismo) a serviço da política, pelo menos numa perspectiva anti-sistema, é declaradamente fútil — nem o espaço construído constrange tanto assim o comportamento social; nem alguma sociedade organizada já permitiu o desenvolvimento de ações contrárias à sua própria continuidade. A arquitetura, como as outras artes e ofícios, esteve sempre a serviço do poder, e só pôde se realizar quando enquadrava as exigências do poder.

O exemplo de Brasília, lembrado por Bolaffi, parece-me perfeito: se Lucio Costa pretendia com seu projeto criar uma "cidade democrática", acabou por erigir espaços que simplesmente serviram à simbologia do poder autoritário.

A solução entrevista por Bolaffi é o que ele chama de "politizar a arquitetura", ou seja, colocá-la "a serviço dos setores carentes da população". Aplausos. Mas como conseguir isso? O próprio Bolaffi aponta as dificuldades a encontrar, não pequena é a falta de liberdade dos profissionais que, obrigados pelo mercado de trabalho, acabam por desenvolver tarefas que eles próprios consideram inócuas.

A abertura da possibilidade de desenvolver trabalhos alternativos (mais autônomos face ao poder do Estado e ao

mercado de trabalho existente) parece-me de longe a principal meta a ser atingida no momento. Se não conseguirmos qualquer alternativa, só nos restará realmente a "arquitetura do poder", inclusive, e por que não?, a arquitetura do poder da COHAB, entrevistado ao longo do texto como a SOLUÇÃO da arquitetura, de seu ensino, e de sua prática.

Parece-me, como conclusão, importante negar esta afirmação: não há uma SOLUÇÃO; as linhas acima escritas colocam algumas das críticas passíveis à ação da COHAB, a qual pode ser descrita, por outro modo, como um artefato de transferência de contratos a grandes construtoras, e de compras de terras desvalorizadas nos entornos urbanos. Mais do que sagrar uma SOLUÇÃO deste tipo parece-me importante desenvolver novas alternativas do colocar a arquitetura a serviço da população.

Não quero, por convicção de que não existem SOLUÇÕES ideais, apresentar nenhuma idéia salvadora, mas devemos registrar que existem muitas idéias e experiências práticas (algumas até praticadas por arquitetos, inclusive professores em faculdades de Arquitetura) desenvolvidas e que podem ser seriamente estudadas como alternativas viáveis no momento. Uma idéia que me parece exigir um grande esforço de racionalização é a modificação total da atual política habitacional voltada exclusivamente para a construção de enormes conjuntos na extrema periferia; a viabilização de ocupação de áreas mais centrais por pequenos conjuntos de habitação (inclusive de aluguel) para a população de renda mais baixa parece-me, no momento, reunir muito mais condição de apresentar uma solução para o problema de grande maioria da população urbana, mesmo paliativa, do que as macro-SOLUÇÕES existentes.

Enfim, a solução única para a democratização da arquitetura só pode residir numa democratização da sociedade; ou então cairemos de volta na mesma armadilha de sempre: criticaremos a arquitetura (ou os arquitetos) por se comportar de acordo com os padrões que norteiam a sociedade; continuaremos a ver a arquitetura produzida como ré, ao invés de fazer esforços para reconstruí-la.

Fernando Régis Casério de Almeida é professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo — FAU/USP.

Novos Estudos CEBRAP, São Paulo
n.º 12, pp. 62-65, jun. 85